

A Santa Sé e a Conferência do Cairo

- Pontos de divergência -

A posição da Santa Sé face ao documento proposto para adopção da Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (Conferência do Cairo) foi exposta em três documentos fundamentais:

- a intervenção do representante da Santa Sé (que goza do estatuto de Estado-observador no sistema das Nações Unidas), no dia 5 de Abril, no Comité Preparatório da Conferência do Cairo;
- a carta do Papa João Paulo II aos Chefes de Estado dos países representados nas Nações Unidas, tornada pública em Roma a 14 de Abril;
- o discurso do Cardeal Sodano, Secretário de Estado da Santa Sé, na XVII Congregação Geral do Sínodo dos Bispos de África, no dia 21 de Abril.

As questões levantadas pela Santa Sé relativamente ao documento para a Conferência do Cairo dizem respeito essencialmente aos seguintes problemas: aborto, planeamento familiar, actividade sexual dos jovens e adolescentes, papel da família, direitos da mulher, desenvolvimento e estilo de vida.

A questão do aborto corresponde a uma posição clara da Igreja Católica. No quadro de uma instituição do mundo secular como são as Nações Unidas, a Santa Sé não podia deixar de reafirmar a sua posição. Importa notar que o aborto, (realizado, independentemente de qualquer legislação a esse respeito, por meios "naturais" tradicionais ou por práticas clandestinas), é referido no documento da Conferência como devendo constituir "uma importante preocupação de saúde pública" para os Governos, organizações inter-governamentais e não-governamentais. A proliferação das práticas abortivas utilizadas em algumas sociedades como quase único meio de planeamento familiar (caso da Rússia e de Polónia onde apenas 5% das mulheres têm acesso a contraceptivos) leva o documento a referir a necessidade de "um aborto seguro"- afirmação que a Santa Sé vê como encorajamento do aborto. Não explicita, porém, o documento nenhuma posição filosófica face ao aborto, atitude que pode à primeira vista parecer negada quando refere, por exemplo, o recurso ao aborto em caso de violação ou incesto.

A insistência com que o planeamento familiar é referido no documento encontra a oposição da Santa Sé que consistentemente tem condenado os métodos contraceptivos que, sobretudo desde a descoberta de contraceptivos químicos, têm sido amplamente divulgados nas sociedades industrializadas. Ora o planeamento familiar é uma peça mestra do documento, para ele convergindo muitas das acções preconizadas - o que aparece seguramente aos olhos da Santa Sé como uma redução significativa do alcance dos resultados da Conferência. Indo ao arrepio do que aconteceu no passado na maior parte dos países em desenvolvimento onde acções de planeamento familiar foram conduzidas por iniciativa e através de agentes estrangeiros, o documento coloca o planeamento familiar no quadro dos cuidados de saúde primária que cada Estado tem o dever de estimular através de uma adequada política de saúde (em Portugal o planeamento familiar é um direito constitucional inscrito no artigo consagrado à família).



O documento manifesta uma grande preocupação pelo crescente número de adolescentes grávidas. Os números são claros: entre as jovens com menos de 17 anos, tornam-se mães, em Africa, 40%; na América Latina, 39%; na Ásia, 31% e, na Europa, 22%. Segundo um estudo oficial publicado nos EUA em 1993, a percentagem mais elevada de primeiros nascimentos tem lugar entre as jovens de 17 anos. Ora, não resta hoje dúvida que, em todas as sociedades e apesar de condições bem diferentes, a gravidez e o parto de adolescentes tornam a saúde da mãe e da criança muito mais vulnerável aos riscos da gravidez e do nascimento que qualquer outro grupo de idade. Neste contexto, o documento insiste na urgência da educação sexual e do acesso dos adolescentes aos serviços de saúde e de informação que os possam ajudar a agir de forma responsável face à sua própria sexualidade.

O capítulo consagrado à família, às suas "funções, composição e estrutura" retoma a análise tradicional da demografia. Ao descrever a realidade sociológica, dá particular ênfase aos diferentes modos de formação da família e de entendimento e prática da vida familiar. Quando formula o objectivo de "desenvolver políticas e leis que apoiem melhor a pluralidade das formas de família" cria ambiguidade. Por um lado, pode querer designar as formas de cohabitação, legalmente assumidas em alguns países europeus e norte-americanos, que tendem a designar-se impropriamente por "casamento" de homossexuais. Será possivelmente esta interpretação que dá origem à extrema preocupação do Papa pela preservação da família e pela sua perenidade enquanto património da humanidade. Mas, por outro lado, o enunciado desse objectivo refere-se explicitamente a uma outra realidade: "o grande número de agregados familiares a cargo de um só dos pais". Também aqui, os números permitem vislumbrar o enorme problema humano que é referido - trata-se de dificuldades com que lutam milhões de mulheres que, na quase totalidade dos casos, assumem a responsabilidade pelas consequências das famílias desfeitas. Assim a percentagem de famílias cuja responsabilidade total cabe à mulher é a seguinte: p.ex. nos Estados Unidos, 30,1; em Cuba, 28,1; na Polónia, 26,7; no Rwanda, 25,2; em França, 21,9; no Congo, 21,0; em Singapura, 18,2; na Guatemala, 16,8; no Bangladesh, 16,8; no Japão, 15,2; no Brasil, 14,4; no Paquistão, 4,3. Esta interpretação do objectivo do documento é reforçada pela referência feita ao número crescente de "famílias vulneráveis": além das famílias a cargo da mulher, "as famílias pobres com membros idosos ou deficientes, as famílias refugiadas ou deslocadas, e as famílias com membros afectados por SIDA, violência doméstica, abuso de crianças, ou com qualquer outra disfunção".

Os direitos da mulher e, em particular, os chamados "direitos reprodutivos" constituem, de facto, uma viragem na orientação das Nações Unidas. Resultam da tomada de consciência das mulheres da responsabilidade que lhes cabe pelo seu próprio corpo, do direito fundamental à sua inviolabilidade e da ~~sua~~ capacidade de agirem como sujeito no que diz respeito à reprodução. Nasceram da revolta de muitas mulheres face à manipulação de que têm sido objecto ao longo da história, tanto na obrigatoriedade da procriação como na

sua limitação por "acção coercitiva, ao nível físico, económico ou psicológico". A afirmação dos direitos reprodutivos subordina assim as chamadas "políticas de população" aos direitos inalienáveis dos indivíduos. É certo que os direitos reprodutivos podem ser utilizados como cobertura ideológica para justificar o liberalismo total dos costumes. Mas no documento estão estreitamente ligados ao "reconhecimento do direito básico de todos os casais e indivíduos de decidirem livremente e responsabilmente o número dos filhos e o espaçamento entre nascimentos". Em relação às mulheres, são uma afirmação da sua dignidade última enquanto pessoas humanas, não dependendo assim a sua identidade, perante si próprias e perante a sociedade, de terem ou não terem filhos.

O documento não trabalha devidamente a articulação entre "população" e "desenvolvimento". Ora não é possível hoje encarar as questões de "população" de forma isolada. O documento parece, de início, querer encetar uma via em que as inter-relações fundamentais que ligam entre si "o crescimento da população em números/ a pobreza persistente/ as desigualdades sociais e económicas/ o consumo baseado no desperdício /as ameaças contra o ambiente" seriam analisadas e propostas acções necessárias. Mas não deduz destas inter-relações consequências precisas nem modos de acção para além das formas tradicionais.

Talvez, na verdade, esta omissão esteja profunda mas inconscientemente relacionada com o predomínio de um só modelo de desenvolvimento no mundo de hoje bem como dos estilos de vida que esse modelo, por via do económico, propõe. A hegemonia dos actuais modelos de produção e de consumo, à medida que ganham, se não na prática pelo menos nas aspirações, a adesão de povos com culturas tradicionalmente centradas em outros valores, parecem adquirir uma legitimidade que ninguém se atreve a contestar. É aí - como o tem afirmado o Papa nos documentos pontifícios sobre a questão social e, recentemente, na encíclica "Splendor veritatis" - é aí que o individualismo sem noção do outro, a competição sem limite, a apetência do cada vez mais, minam por dentro a sociedade e destroem os valores que nos fundam na dignidade de seres "cujo estatuto é a liberdade".

Maria de Lourdes Pinheiro